

## EDITAL N° 82/VIII/2004

(Moção sobre os Fogos Florestais e de Louvor aos Bombeiros)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Reunião da Sessão Extraordinária, realizada no dia 29 de Julho de 2004, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção:

## MOÇÃO

Ontem, dia 28 de Julho de 2004, celebrou-se o Dia da Conservação da Natureza, não como um dia de festa, mas como um dia de luto, uma vez que a política pública de conservação da natureza se encontra praticamente extinta no nosso país e porque o síndrome de Nero queima Portugal de norte a sul, cada vez com mais violência, mostrando as fragilidades do sistema e pondo a nu as incapacidades dos nossos governantes para lidarem positivamente e com firmeza com este flagelo.

No ano passado, segundo os dados oficiais, arderam 400 mil hectares e ocorreram 21 mortes relacionadas directamente com os incêndios. O governo de então, chefiado pelo Dr. Durão Barroso, associou-se às lamentações, à raiva e inquietações do povo português que sentiu as fragilidades, a desorganização, a falta de meios da protecção civil, a incapacidade de resolver, atempadamente, os problemas postos pelas vagas de incêndios. No calor da fornalha, o governo prometeu que seria impossível repetir-se tal catástrofe, "pois nada mais havia para arder", mas também e principalmente pelas medidas eficazes que iriam ser tomadas.

O Verão deu lugar às estações do ano mais frescas que trouxeram o arrefecimento das vontades políticas e que as chuvas de Inverno acabariam por diluir. As ideias sobre o aquecimento global, que torna quentes os verões portugueses como se estes raramente o fossem, dão espaço de manobra ao governo que entretanto vai preparando a opinião

## EDITAL Nº 82/VIII/2004

pública, para a fatalidade destas catástrofes acontecerem e para a inevitabilidade de que o nosso país arda cada vez .mais, cada ano que passa.

É assim que, neste embalar de consciências, a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais é anunciada em Outubro de 2003, é criada virtualmente a 21 de Abril de 2004, é realizada a I a reunião, quase informal, a 30 de Junho de 2004. E como prova de que o governo está atento "à espera que a crise passe", o Sr. Secretário de Estado das Florestas, Eng. Luís Pinheiro, informou que "a Agência não tem condições para trabalhar por falta de recursos financeiros e humanos, uma vez que não foi contemplada no orçamento de 2004". Acrescentando ainda, para que não restem dúvidas, "não ser expectável que a agência funcionasse antes do período dos incêndios".

Com este estado de coisas a situação só podia ser esta: ainda não chegámos a Agosto e a área ardida já é superior à do ano passado. Só no domingo, dia 25 de Julho, o Serviço Nacional de Bombeiros e a Protecção Civil registou 598 fogos que mobilizaram 7301 bombeiros, 1885 veículos e todas as populações ameaçadas.

Houve estradas e auto-estradas cortadas que puseram os automobilistas em pânico a rodar em contra mão, para fugirem aos fogos. Banhistas evacuados das praias da Arrábida, casas e zonas de floresta protegida a arder, animais queimados, toneladas de cortiça em chamas, milhares de colmeias perdidas. É o destroçar da já débil economia agrícola de subsistência de zonas cada vez mais desertificadas. E os bombeiros e as populações, horas e dias a fio, sem descanso, lutam contra o fogo e contra a inércia governamental que não fornece os meios adequados.

A este propósito vejamos mais esta incongruência: o governo alardeia consecutivamente a compra de blindados, de submarinos e de barcos para a marinha, mas em relação aos meios de combate aos incêndios, todos os anos reclamados pelos bombeiros e pela Protecção Civil, o governo protege-se com o escudo do Orçamento Geral de Estado e



## EDITAL Nº 82/VIII/2004

limita-se a pedir à União Europeia aviões para combater as chamas. Vários países responderam afirmativamente: Espanha, Grécia, Alemanha, Noruega e Inglaterra. Mas como diz o povo, não há "almoços gratuitos" e a disponibilidade dos 8 helicópteros da Alemanha, I da Noruega e 1 avião da Inglaterra, veio acompanhada da nota de despesas de transporte, combustível, tripulação, manutenção dos aparelhos, etc., o que levou o nosso governo a recusar a ajuda alegando umas vezes problemas económicos, alegando outras vezes problemas técnicos, deixando, ambas as justificações, os bombeiros, os autarcas e os grupos ambientalistas a queixarem-se da falta de meios.

Perante este estado de coisas, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Extraordinária de 29 de Julho de 2004, delibera:

- 1. Condenar e responsabilizar publicamente o Governo pela inércia, pela incúria e pela falta de vontade política em tomar medidas que minimizem os efeitos nefastos desta calamidade,
- 2. Solidarizar-se com todo o povo português que, directa ou indirectamente, tem, devido aos incêndios, perdido os seus haveres, os seus sonhos e a sua auto estima,
- 3. Dar um voto de louvor aos Bombeiros, soldados da paz, e a todos aqueles que têm dado todo o seu tempo e parte das suas vidas em defesa dos bens e vidas de todos.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 30 de Julho de 2004

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)